

Sistema de Informação sobre Ajudas Técnicas

Alexandra Queirós¹, Nelson Pacheco da Rocha¹

¹Secção Autónoma de Ciências da Saúde

Resumo- A conceptualização de uma Rede de Informação em Reabilitação surgiu da necessidade de gerir informação na área da reabilitação. A partilha de experiências e conhecimentos acumulados facilita a informação e o aconselhamento de tecnologias de apoio. Uma rede formal de intercâmbio entre instituições, Universidades e respectivas unidades de investigação deve ser suportada em sistemas de informação adequados. Um desses sistemas deve incidir sobre ajudas técnicas, pois há uma necessidade crescente em obter informação útil e sistematizada sobre ajudas técnicas.

O Sistema de Informação sobre Ajudas Técnicas apresentado neste artigo privilegia a interacção com o utilizador através de um interface amigável e potencia a multidisciplinidade respondendo, desta forma, a todos aqueles que lidam directa ou indirectamente com ajudas técnicas.

Abstract- The need of rehabilitation's information management has promoted the idea of a Rehabilitation Information Network. The experience and knowledge sharing would improve information and counselling services related with assistive technologies. A formal network composed by social institutions, Universities and theirs research units must be supported in appropriated information system. One of these systems must concern with technical aids, because there is an increasing need for useful and systematized information about them.

The Information System for Technical Aids presented in this paper facilitates the interaction with the user by a user-friendly interface and a presents a multidisciplinary approach, answering the needs of those who deal directly or indirectly with technical aids.

I. INTRODUÇÃO

Os avanços sentidos nas tecnologias de informação e comunicação podem implicar também mudanças substanciais na área da reabilitação. Os profissionais desta área necessitam de estar permanentemente actualizados sobre as tecnologias de apoio para conseguirem prestar um bom serviço. Se existir uma boa rede de troca de informação entre as diferentes entidades responsáveis pelo conhecimento sobre tecnologias de apoio, então os utilizadores finais podem ser beneficiados [1].

Com efeito, é essencial uma parceria entre as instituições que detêm a experiência e conhecimento prático da

reabilitação, assim como as necessidades existentes, e as Universidades que detêm o conhecimento científico e actualizado da evolução tecnológica.

Existe muito conhecimento acumulado nas Universidades originado pela investigação e desenvolvimento. Há, também, uma vontade crescente em transferir esse conhecimento para o exterior, tornando-o útil à sociedade onde estão inseridas.

II. REDE DE INFORMAÇÃO EM REABILITAÇÃO

A necessidade permanente de uma actualização e disseminação da informação sobre tecnologias de apoio motiva a criação de uma Rede de Informação em Reabilitação (ver Figura 1) que envolva centros de excelência, centros de competência, instituições de solidariedade social, pessoas com incapacidades ou deficiência e seus familiares. Tal rede deveria ter como objectivos a actualização permanente em matéria de tecnologia para a reabilitação, aperfeiçoamento das metodologias de trabalho e intercâmbio de experiências [2].

O trabalho em equipa e a partilha de conhecimentos e experiências são fundamentais para a prossecução dos objectivos de uma tal rede de informação. Por outro lado, cada entidade deve ter um conhecimento claro das suas capacidades e conhecimentos, assim como dos seus parceiros, de forma a poder orientar a pessoa com incapacidades ou deficiência, ou instituição, para a entidade mais indicada e que melhor a pode orientar e apoiar.

Os centros de excelência devem ser suportados por entidades com credibilidade no domínio na investigação e desenvolvimento em áreas tecnológicas relacionadas com a reabilitação. Estes centros devem ter a responsabilidade de agirem como interface entre os resultados da investigação e os serviços e sistemas já estabelecidos. Ao produzirem instrumentos de análise, metodologias de trabalho, acções de formação estariam a intervir nos serviços já existentes, modificando-os e melhorando-os.

Entende-se por centros de competências, instituições-chave que são detentoras do “saber-fazer” e que irão aplicar as metodologias desenvolvidas nos centros de excelência, assim como aplicar os instrumentos de análise.

Estas instituições-chave ainda estão muito associadas ao tipo de deficiência como, por exemplo, a Associação

Portuguesa de Paralisia Cerebral (APPC) para pessoas portadoras de Paralisia Cerebral, ou a Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAP) para pessoas invisuais, ou ainda a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM). Provavelmente, faria mais sentido existir uma divisão por incapacidade, pois existem tecnologias de apoio que podem ser aplicadas a diferentes tipos de deficiência. O que se tenta colmatar não é a deficiência (essa continua a existir) mas sim a incapacidade.

Os centros de competência devem ter como missão:

- Orientar o utente, através do esclarecimento do seu problema e identificação do serviço mais adequado;
- Dar formação sobre determinada ajuda técnica ou área específica da reabilitação a profissionais de reabilitação, pessoas com incapacidades ou deficiência, professores, etc.;
- Aconselhamento e informação à distância.

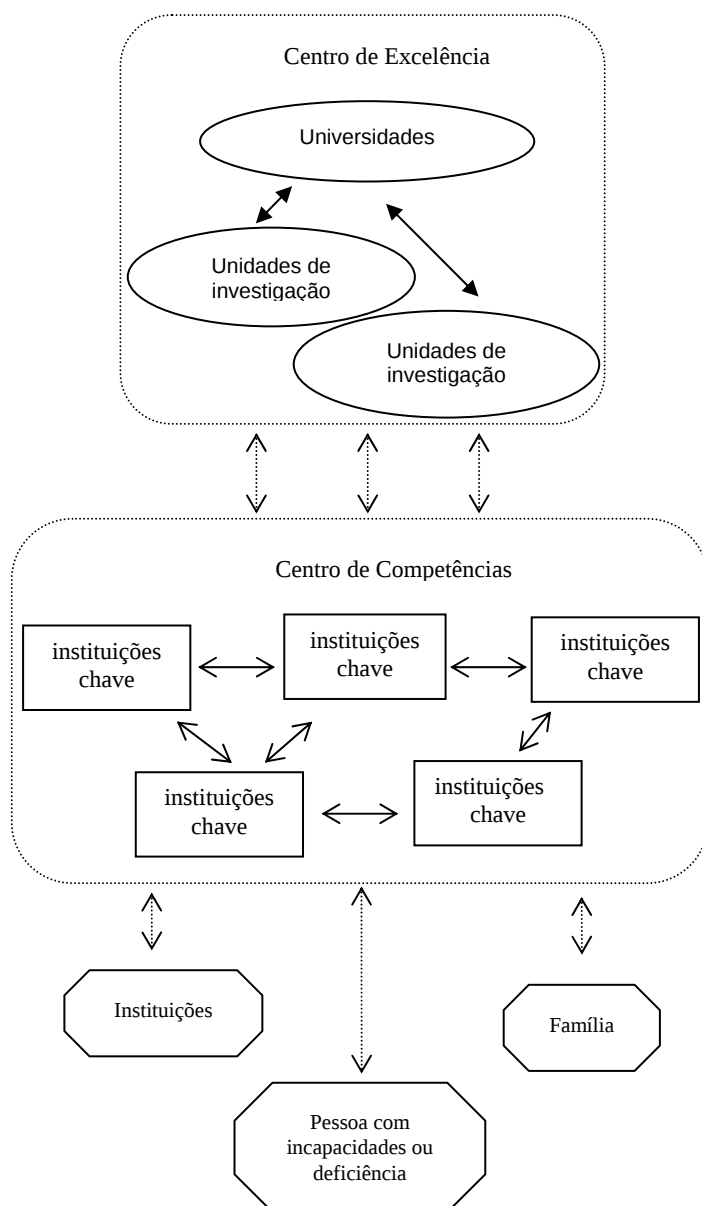


Figura 1 – Rede de Informação em Reabilitação

Estes centros de competência devem também recolher dados que poderão ser úteis na investigação e desenvolvimento.

Os dados recolhidos devem ser obtidos através da vivência das pessoas que lidam directa ou indirectamente com a reabilitação, tendo em conta que têm características muito diferentes: as necessidades ou dificuldades da pessoa com incapacidades ou deficiência são diferentes dos seus familiares ou mesmo dos profissionais com que contactam.

Convém que os centros de excelência tenham acesso a estes dados para poderem melhorar o que está feito, ou desenvolver novas formas que suprimam essas necessidades e/ou dificuldades. Por isso, a interacção entre os diferentes membros desta rede é fundamental.

III. SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AJUDAS TÉCNICAS

Uma rede formal de intercâmbio entre instituições deve ser suportado num sistema de informação adequado. Uma das componentes desse sistema de informação deve incidir sobre ajudas técnicas, porque existe uma necessidade crescente em obter informação útil e sistematizada sobre ajudas técnicas. Tais necessidades vão desde a pessoa individual, que não sabe o que é mais adequado para colmatar a sua incapacidade ou deficiência, ou mesmo a quem se dirige para obter informação; às instituições de solidariedade social, que se deparam com uma imensidão de ajudas técnicas e bastante específicas, sem terem recurso a uma informação descritiva do que existe, quais os seus códigos ISO [3] e onde podem ser adquiridas; ao próprio Estado com um orçamento elevado para ajudas técnicas e que desconhece o que foi prescrito, quem prescreveu e se, no final, o utente consegue obter a ajuda técnica mais adequada ao seu problema e pelo período de tempo que vai realmente necessitar daquela, até aos próprios fornecedores que muitas vezes comercializam ajudas técnicas sem o saberem.

A prescrição de ajudas técnicas é feita segundo níveis de prescrição. O nível de prescrição indica a especificidade da ajuda técnica, assim como as entidades que a podem prescrever:

- Nível 1 – centros de saúde;
- Nível 2 – hospitais distritais;
- Nível 3 – hospitais centrais, hospitais distritais e centros especializados com uma equipa de reabilitação constituída por médicos e pessoal técnico de acordo com a especialidade da deficiência e credenciados para este efeito pelo Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD) [4].

O financiamento de ajudas técnicas é feito por diversas entidades, desde os Serviços Sub-Regionais de Segurança Social, Hospitais, Centros Especializados a Centros de Emprego.

No caso de uma prescrição ser efectuada num Centro de Saúde ou por um Centro Especializado, é necessário apresentar no Centro Regional de Segurança Social, da

área de residência, toda a documentação necessária para constituir um processo de financiamento.

Por norma, a documentação vem completa, mas quando assim não acontece é ao Centro Regional de Segurança Social que cabe a tarefa de completar a documentação em falta, nomeadamente na ausência do código ISO (muito frequente no caso da prescrição ser originária de um Centro de Saúde, uma vez que na maioria dos casos, os médicos não tem conhecimentos suficientes que lhes permitam realizar este requisito). Acontece, por vezes, ter que ser o utente a “arranjar” o orçamento, assim como localizar uma casa comercial que venda a ajuda técnica de que necessita. Vezes há em que existem processos de financiamento de ajudas técnicas registados somente em papel, como por exemplo, no Centro Regional de Segurança Social de Aveiro. Como, por vezes, os processos levam muito tempo a concluir (podendo mesmo ultrapassar os doze meses), pode acontecer o início de outro processo, simplesmente porque não se consegue localizar o já existente (ou seja, a ajuda técnica pode ser financiada duas vezes para o mesmo fim e para a mesma pessoa), ou pode mesmo existir uma variação do preço da ajuda técnica, que não é actualizada, porque o processo já está a ter seguimento.

Outra situação frequente, no processo de aquisição de ajudas técnicas é a falta de acompanhamento ao utente. Este acompanhamento só existe quando a prescrição é efectuada em centros especializados ou nalguns hospitais onde existe uma equipa multidisciplinar. Aqui o utente é informado da necessidade de adquirir uma ajuda técnica, é aconselhado para adquirir a ajuda técnica que mais se adequa às suas necessidades e, finalmente, é-lhe administrado uma pequena formação sobre a utilização daquela ajuda. Porém, existem situações onde este acompanhamento não existe, onde a prescrição é feita e é o próprio utente que encontra toda a informação e aconselhamento. No entanto, uma vez adquirida a ajuda técnica dá-se por concluído o processo de financiamento, o que significa que, adequada ou não, é essa a ajuda técnica que o utente tem que utilizar. Por exemplo, uma pessoa idosa que necessite de uma cadeira de rodas pede um financiamento, que lhe é cedido pelo Centro Regional Segurança Social. Só depois da aquisição da cadeira de rodas é que pode verificar que esta não é adequada porque, por exemplo, é estreita demais.

A existência de informação sistematizada e relacionada sobre ajudas técnicas, não é só necessária à pessoa individual ou aos Centro Regionais de Segurança Social.

As instituições de solidariedade social também a poderão utilizar, como já foi referido acima. Não nos podemos esquecer que algumas delas são entidades prescritoras e tem que seguir todo o processo de prescrição e financiamento de ajudas técnicas e, mesmo as que não o são, poderão necessitar desta informação, para uma maior qualidade dos serviços que prestam: quanto mais rápido e eficiente for o acesso à informação mais rapidamente respondem aos problemas que vão surgindo no seu dia-a-dia.

Finalmente os fornecedores, fabricantes e casas comerciais também precisam de ter acesso a informação sobre ajudas técnicas. Na realidade, existem produtos, instrumentos e/ou equipamentos produzidos e comercializados, para os quais não há consciência da sua funcionalidade no mundo da reabilitação. Segundo o Projecto de Norma Internacional de Ajudas Técnicas, um dos utilizadores desta classificação são produtores e fornecedores. No entanto, a realidade é que as empresas/entidades que os comercializam desconhecem, na maioria das vezes, esta classificação e mesmo que tenham conhecimento dela não são capazes de associar a ajuda técnica ao código ISO respectivo.

Por último, mas não menos importante, deve ainda ser registado que não existe uma terminologia uniforme que seja usada por todas as partes envolvidas – pessoa individual, instituições de solidariedade social, Centro Regional Segurança Social e fornecedores / fabricantes / casas comerciais [5].

A. Classificação ISO

Em termos da classificação de ajudas técnicas é utilizado, em Portugal, contrariamente ao que acontece, por exemplo, na Alemanha, o Projecto de Norma Internacional ISO/DIS 9999, de Dezembro de 1990. Dado que é ainda um projecto de norma está sujeito a alterações. Pode, no entanto, ser utilizado como documento de referência para a regulamentação nacional.

Uma vez que pode ser consultada por utilizadores muito diferenciados, desde os consumidores finais (pessoa com necessidade especial ou familiares) a médicos, prescritores, fabricantes e mesmo para fins científicos, a classificação deve ser muito simples.

A classificação adaptada desta norma estabelece a classificação de ajudas técnicas em três níveis hierárquicos (classes, sub-classes e divisões). Qualquer um destes níveis é composto por um código, um nome e

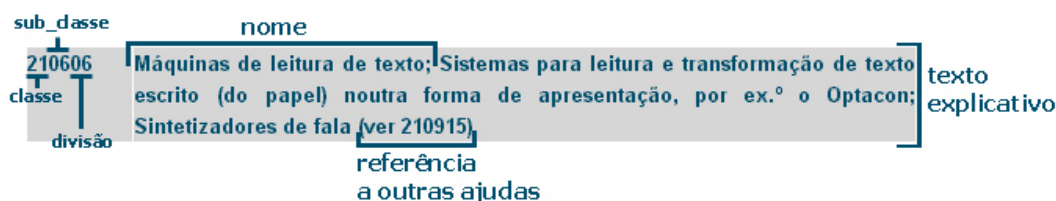


Figura 2 – Exemplo de uma divisão

é sempre a mesma, ou seja a informação relativa a uma ajuda técnica específica.

Pretende-se que este sistema satisfaça os seguintes requisitos funcionais:

- Associe à ajuda técnica ao respectivo código ISO (fundamental na prescrição);
- Associe à ajuda técnica a uma ou mais deficiências;
- Forneça uma avaliação da ajuda técnica a partir de opiniões de entidades-chave;
- Identifique quais os centros prescritores e/ou financiadores existentes e que tipo de ajudas técnicas podem prescrever (fundamental para o processo de financiamento de ajudas técnicas);
- Forneça informação sobre que casas comerciais vendem ajudas técnicas e que ajudas técnicas comercializam (fundamental para quem quer adquirir uma ajuda técnica).

Pode-se afirmar que a estrutura da informação (ver Figura 4) está dividida em cinco grandes grupos de informação, designadamente:

- Classificação ISO;
- Deficiência;
- Casa Comercial;
- Centros de Prescrição;
- Avaliação.

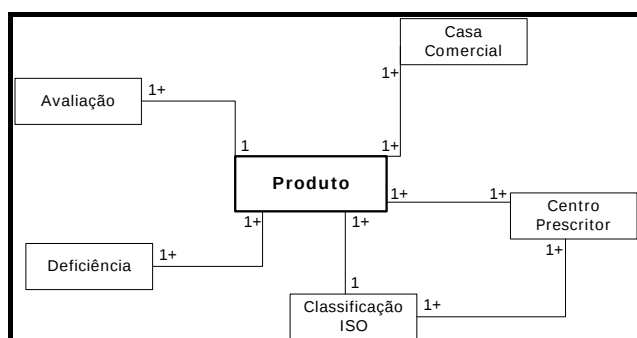


Figura 4 – Estrutura geral da informação

O grupo de informação da Classificação ISO, além de associar a ajuda técnica ao código ISO correspondente, fornece também uma identificação exhaustiva das classes, das subclasses e das divisões da norma ISO utilizada em Portugal.

Assim sendo, criaram-se três classes que identificam aquelas categorias: ISO_Classe, ISO_Subclasse e ISO_Divisão.

Na Figura 5 são apresentadas as classes criadas, assim como a sua relação e ligação à classe Produto (ajuda técnica).

O objectivo do grupo de informação da Deficiência é associar a uma ajuda técnica específica uma ou mais deficiências.

A classe Deficiência permite identificar e descrever as deficiências existentes.

A Figura 6 apresenta a classe criada, assim como a sua relação e ligação à classe Produto (ajuda técnica).

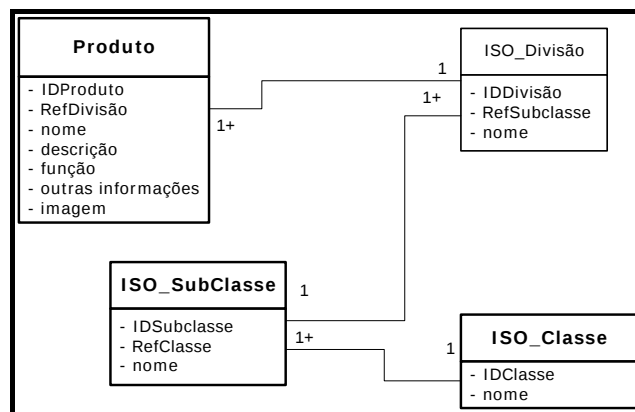


Figura 5 – Grupo de informação Classificação ISO

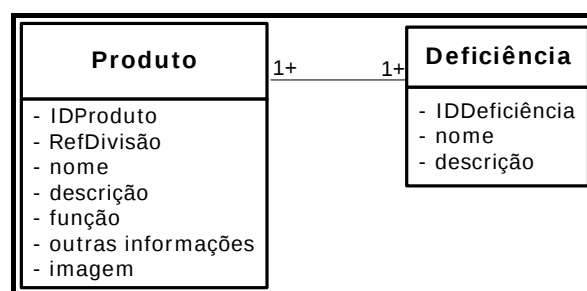


Figura 6 – Grupo de informação Deficiência

O grupo de informação Casa Comercial fornece informação sobre as casas que comercializam ajudas técnicas, sendo que nem todas as casas comercializam todas as ajudas técnicas. Há também ainda a informação sobre qual é o fabricante da ajuda técnica e se a casa comercial trabalha ou não com aquele.

Para tal, foram criadas as seguintes tabelas:

- Casa Comercial – informações relativas à casa comercial, tais como a morada e o contacto;
- Distrito – identifica o distrito a que a casa comercial pertence;
- Fabricante – identifica os fabricantes existentes.

Na Figura 7 são apresentadas as classes criadas, assim como a sua relação e ligação à classe Produto (ajuda técnica).

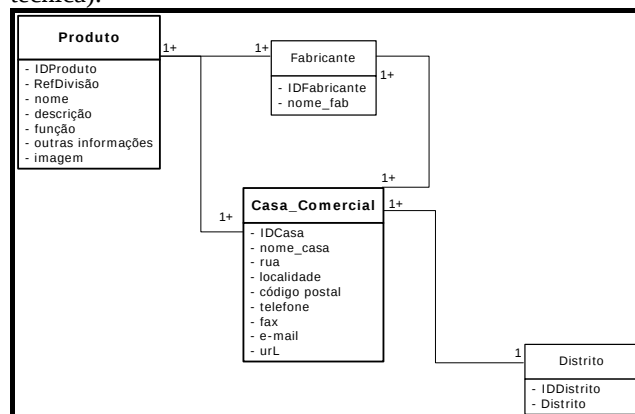


Figura 7 – Grupo de informação Casa Comercial

O grupo de informação relativo aos Centros de Prescrição é mais complexo. É o único que não se relaciona directamente com a classe Produto (ajuda técnica). Esta complexidade advém da variedade das características.

Aqui o que se pretende é obter informação relativa às entidades que podem prescrever ou financiar ajudas técnicas e classificá-las segundo a lista homologada pelo SNRIPD. Os centros podem ser prescritores e/ou financiadores, sendo que existem vários níveis de prescrição e que estes é que definem as ajudas técnicas que os centros podem prescrever.

Assim, foram criadas as seguintes classes:

- Centro – informações relativas à entidade prescritora, tais como a morada e o contacto;
- Distrito – identifica o distrito a que o centro pertence;
- Competência – identifica as competências do centro;
- Nível – identifica os diferentes níveis de prescrição.

A ligação da classe Centro à classe Produto (ajuda técnica) é feita a partir da classe Classificação ISO e é necessária para o Nível de prescrição.

A Figura 8 apresenta as classes criadas, assim como a sua relação e ligação à classe Produto (ajuda técnica).

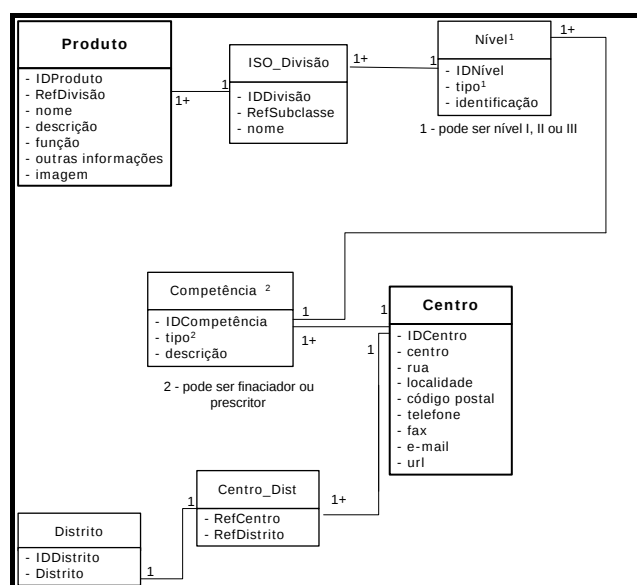


Figura 8 – Grupo de informação Centros de Prescrição

Com o grupo de informação relativo à Avaliação pretendeu-se fornecer uma informação validada por entidades-chave sobre determinada ajuda técnica. Essas entidades seriam instituições de solidariedade social, técnicos de reabilitação, as próprias pessoas com incapacidades ou deficiência, ou seja, sempre alguém que lide com ajudas técnicas e que consiga avaliar os seus impactos. Este tipo de informação é útil para a própria

pessoa com incapacidades ou deficiência e mesmo para aqueles que aconselham e/ou prescrevem ajudas técnicas.

Para tal, foi necessário criar duas classes:

- Avaliação – regista os diferentes comentários e dados;
- Lista de entidades – onde se identifica as entidades-chave.

A Figura 9 apresenta as classes criadas, assim como a sua relação e ligação à classe Produto (ajuda técnica).



Figura 9 – Grupo de informação Avaliação

D. Acesso à Informação

A consulta deste sistema permite obter informação sobre uma ajuda técnica específica. Ou seja, a cada ajuda técnica estão associadas informações como:

- O respectivo código ISO (ver Figura 10);
- A descrição física do equipamento;
- A descrição da sua funcionalidade;
- Uma fotografia;
- A deficiência associada a esta ajuda técnica;
- Uma avaliação das instituições (daí ser necessário que este sistema seja bidireccional), onde podemos ter acesso à data em que foi feita a avaliação, o comentário e o nome da instituição;
- Onde pode ser adquirida e qual o preço médio.

Foi a pensar nos potenciais utilizadores e nas suas diferenças que se optou por dar acesso à informação final de variadas formas. Esta divisão teve em consideração todas as componentes necessárias para o potencial utilizador de uma ajuda técnica ou por um profissional que necessite dessa informação. Desta forma, pode ser útil para um familiar partir da deficiência, até chegar à ajuda propriamente dita, como a um técnico de reabilitação ter informação sobre o código ISO associado àquela ajuda técnica. Pode-se atingir a informação de cada ajuda técnica a partir de:

- Classificação ISO;
- Ajuda Técnica;
- Deficiência;
- Casa Comercial;
- Centro de Prescrição.

Classificação ISO

Ajuda Técnica

Deficiência

Centro de

Casa Co

Classe

03 Auxiliares de tratamento e treino

06 Ortóteses e próteses

09 Ajudas para cuidados pessoais e higiene

Classe > Sub-Classe

12 Ajudas

15 Ajudas 2103 Ajudas ópticas

18 Mobiliário 2106 Ajudas electro-ópticas

21 Ajudas 2109 Unidades de entrada e de saída e acessórios para o computador, máquinas de es

24 Ajudas 2112 Comp

27 Ajudas 2115 Máqu

30 Ajudas 2118 Cal

Classe > Sub-Classe > Divisão

210603 Sistemas de vídeo com imagem alargada; Incluindo máquinas de filmar, unidades de control e monitores

210606 Máquinas de leitura de texto; Sistemas para leitura e transformação de texto escrito (do papel) noutra forma de apresentação, por ex.º o Optacon;

Classe > Sub-Classe > Divisão > 210603

2127 Ajudas

2130 Gravadores d

Barra de Navegação: 1 2

Nome: Telupala Aladdin

Descrição

Função

Lente para aumentar a imagem até 25 vezes. Focagem manual. A profundidade da visão ampliada permite ler superfícies curvas. A mesa pode mover-se em várias direcções.

Imagem



Deficiência Associada

Deficiência Visual

Preço

20.000\$00 a 50.000\$00

Casa Comercial

Avaliação da Ajuda Técnica

Realmente bom!

Associação Portuguesa

26-09-2000

Classe > Sub-Classe > Divisão > 210603

anterior

Nome: Telupala Aladdin

Casa Comercial - Pires e Pires, Lda.

Morada:

Rua Direita

Mamodeiro - 3810 Aveiro

Telefone:

234942055

Fax:

234942056

E-mail:

pires@pires.pt

URL:

<http://www.pires.pt>

Fabricante:

Ajutex

Figura 10 – Pesquisa de uma ajuda técnica a partir da Classificação ISO

O acesso à informação via Classificação ISO, além de permitir associar a cada ajuda um código oficial e pré-determinado, necessário à própria prescrição e financiamento da ajuda técnica, permite também uma consulta eficiente da própria classificação. Está mais direccionado para os técnicos de reabilitação, mas pode também ser útil às casas comerciais.

A pesquisa a partir da Ajuda Técnica está direccionada para aqueles utilizadores que já tem alguma informação, nomeadamente o nome do produto. Aqui pode-se fazer uma pesquisa por ordem alfabética, do nome do produto em questão e a partir daí obter mais informações.

Se pesquisarmos a partir do item Deficiência podemos fazer uma pesquisa orientada às deficiências, ou seja, identifica quais as soluções que existem para uma

deficiência específica. Este tipo de pesquisa é útil para todos os utilizadores deste sistema, sejam ele leigos em ajudas técnicas ou não.

A casa comercial, acaba por ter um papel importante em todo o processo de atribuição de ajudas técnicas, sejam estas financiadas ou não. É mais fácil para o utilizador que tem que adquirir uma ajuda técnica, saber onde pode comprá-la, ter um meio de poder recolher essa informação já organizada e devidamente filtrada. Por outro lado, às entidades financiadoras torna-se mais fácil controlar os preços das ajudas técnicas de uma forma mais eficaz.

No item Casa Comercial, a pesquisa é feita por distritos, tendo em conta o nome da casa comercial. A informação recolhida é o contacto (morada, telefone, fax, correio electrónico e endereço electrónico) e a enumeração das ajudas que a casa comercializa. Cada ajuda enumerada tem o respectivo endereço para informação mais específica, como por exemplo o fabricante.

A informação sobre que entidades são prescritoras e que entidades podem financiar ajudas técnicas é pertinente tanto para a pessoa com incapacidades ou deficiência, como para o técnico de reabilitação envolvido no processo de aquisição de uma ajuda técnica. Esta informação torna-se ainda mais útil se puder ser pesquisada por distritos. Este tipo de informação foi uma necessidade sentida por uma das responsáveis pelo financiamento de ajudas técnicas no Centro Regional de Segurança Social de Aveiro, uma vez que é fundamental ter conhecimento se a prescrição de uma determinada ajuda técnica pode ou não ser efectuada por aquela entidade. Só assim se pode dar seguimento ao processo de financiamento.

Ao item Centros de Prescrição está associado o nome da entidade, assim como o seu contacto (morada, telefone, fax, correio electrónico e endereço electrónico). Além disso, permite também a possibilidade de ver que códigos ISO podem ser prescritos por cada instituição (existem níveis de prescrição e determinados níveis só podem prescrever determinadas ajudas técnicas). Cada código ISO teria um endereço para informação mais específica, nomeadamente os produtos propriamente ditos.

No que diz respeito à actualização do sistema de informação sobre ajudas técnicas, as actualizações feitas pelos centros de competência têm como interface um formulário idêntico à informação final de ajuda técnica, no qual poderá alterar ou eliminar um determinado registo ou inserir nova informação, para posterior validação dos centros de excelência. Já o gestor do sistema (alguém associado directamente a um centro de excelência) terá formulários próprios, consoante os itens que irá alterar ou introduzir.

A actualização da Classificação ISO é dos itens que só os centros de excelência podem alterar. Diz respeito unicamente à classificação ISO, ou seja, classes, sub-classes e divisões. Será actualizada tantas vezes quantas a classificação ISO usada em Portugal for alterada.

As alterações no item da Ajudas Técnica podem ser realizadas pelos centros de competência. Só após a validação feita pelos centros de excelência, é que a

informação alterada, eliminada ou introduzida fica disponível aos diferentes utilizadores.

A actualização do item Ajuda Técnica engloba a inserção de novas ajudas técnicas, inserção de dados num registo já existente ou mesmo alteração de dados já existentes e a eliminação de um registo como, por exemplo, a casa comercial que deixou de vender aquela ajuda técnica ou que começou a vendê-la.

A definição dos diferentes tipos de deficiência só podem ser alterados por uma entidade com conhecimento válido para tal e além disso deve existir um padrão a seguir pelos diferentes organismos e profissionais de reabilitação. Assim sendo, faz todo o sentido que este tipo de informação seja só alterado pelos centros de excelência.

A actualização do item Casa Comercial será feita pelos diferentes centros de competência. São os centros de competência que estão mais ligados directamente à realidade prática na área da reabilitação e que possuem conhecimentos válidos sobre que casas comercializam ou não determinada ajuda técnica.

Este item está directamente relacionado com o item Ajuda Técnica, uma vez que a actualização da informação sobre uma ajuda técnica específica pode estar relacionada unicamente com a casa comercial.

A partir da casa comercial actualiza-se também a informação relativa ao fabricante da ajuda técnica.

A informação associada aos centros de prescrição só é alterada pelos centros de excelência, dada a sua complexidade.

Neste item podem ser alterados, eliminados ou inseridos novos centros de prescrição e as características que lhe são inerentes como, por exemplo, que competências têm ou que níveis podem prescrever.

V - CONCLUSÃO

Com a introdução das tecnologias de informação e comunicação na área da reabilitação, há uma necessidade crescente de informação sistematizada e validada, devido às constantes evoluções tecnológicas. Os profissionais de reabilitação necessitam de estar constantemente actualizados para poderem aconselhar e apoiar da melhor forma a pessoa com incapacidades ou deficiência.

Torna-se necessário a existência de uma rede de informação, que permita a actualização e troca de informação, a qual deve necessariamente contemplar entidades que podem não estar ligadas directamente à área da reabilitação. As Universidades onde se desenvolve investigação e desenvolvimento tecnológico são um local propício ao conhecimento de inovações na área das tecnologias.

É necessário, portanto, que o fluxo de informação chegue a todos os interessados e que seja bidireccional para que se possa melhorar o que já existe, através da informação de retorno daqueles que lidam mais directamente com as tecnologias de apoio.

Com este estudo, pretendeu-se desenvolver um sistema de informação sobre ajudas técnicas. O sistema colmata

uma lacuna existente em Portugal e tem como objectivo divulgar informação sobre ajudas técnicas a todos os que necessitam desta informação: pessoas com incapacidades ou deficiência, familiares e profissionais de reabilitação.

Pretendeu-se desenvolver um modelo distribuído de gestão de informação que melhore a utilização das ajudas técnicas, tendo em conta as necessidades dos seus potenciais utilizadores, sejam eles a pessoa individual, o Estado (sob a forma da Segurança Social), ou as instituições de solidariedade social. Porém, este modelo não deve ser unidireccional, passivo, não deve ser uma simples base de dados de ajudas técnicas, antes pelo contrário deve ser um sistema integrado de gestão que contenha também mecanismos para que as pessoas com incapacidades ou deficiência possam, por um lado, satisfazer as suas necessidades em termos tecnológicos e, por outro lado, exerçam o seu direito de cidadania, transmitindo opiniões, quer elas sejam positivas, quer sejam negativas.

REFERÊNCIAS

- [1] Brian Colman (Ed.), Columbus Guidance Manual, Projecto Columbus, Programa Horizon, 1999.
- [2] Andrich, Renzo, Aconselhamento de Ajudas Técnicas - organização e metodologia de trabalho dos centros de informação sobre Ajudas Técnicas, Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiências, 1999.
- [3] Technical Committee/Subcommittee: TC173/SC2 (ICS 11.180), Technical Aids for Disabled Persons, 1998.
- [4] Bühler, C., Evolving User Needs in a Changing European Telecommunications Environment, Assistive Technology on the Threshold of New Millennium, Editado por C.Bühler e H. Knops, IOS Press, 1999.
- [5] Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiências, Ajudas Técnicas, <http://www.snripd.mts.gov.pt>.
- [6] Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiências, ISO - Projecto de norma internacional ISO/DIS 9999 - Ajudas Técnicas para Pessoas com Deficiência - Classificação ISO, 1990.